

Capítulo VII

A litoralização e a transformação da paisagem no litoral de São Gonçalo do Amarante, Ceará, Brasil



A LITORALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO LITORAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ, BRASIL

Paulo Ricardo Benevides Castro¹; Davis Pereira de Paula¹

¹ Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, AV. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi, Fortaleza, CE, CEP: 60.714.903, (paulobenevidescastro@hotmail.com; davis.paula@uece.br).

RESUMO

O litoral do município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Ceará, após a década de 1980, apresenta intenso processo de mudança, principalmente, após a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. O presente estudo pretende compreender a ocupação histórica deste território, considerando fatores de litoralização, veraneio, turismo e industrialização, e de que forma o Estado atuou nesse processo, além da atuação do setor privado e como o processo se consorciou com as práticas marinhas tradicionais. A metodologia utilizada consistiu no levantamento de dados primários, por meio de coleta de informações em campo e o tratamento destes dados, transformando-os em mapas, gráficos e informações textuais. Os resultados mostram que o distrito de Taíba, sofreu intensas alterações a partir da década de 1980, em decorrência do veraneio, enquanto o Pecém sofreu mais fortemente com a degradação ambiental a partir do final dos anos 2000, em decorrência da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. E os dois sofrem, atualmente, com a especulação imobiliária.

Palavras-chave: Pecém; Taíba; litoralização; turismo; segundas residências; indústria.

INTRODUÇÃO

A maior parte da população brasileira concentra-se no litoral, com as maiores densidades demográficas, acima de 100 hab/km², segundo o Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Os espaços costeiros são áreas de desejo do capital especulativo e financeiro, pois são dotados de potencialidades ambientais que podem ser

Litoralization and transformation of the landscape of São Gonçalo do Amarante, Ceará, Brazil

ABSTRACT

The coast of the municipality of São Gonçalo do Amarante, in the state of Ceará, after the 1980s, presents an intense process of change, mainly after the installation of the Industrial Complex and Port of Pecém - CIPP. The present study intends to understand the historical occupation of this territory, considering factors of littoralisation, summer leisure, tourism and industrialization, and in what way the State acted in this process, besides the performance of the private sector and how the process consorted with the traditional marine practices. The methodology used consisted of the collection of primary data, through the collection of field information and the treatment of these data into maps, graphs and textual information. The results show that the district of Taíba underwent intense alterations from the 1980s, due to the summer leisure, while Pecém suffered more strongly from the environmental degradation since 2000, due to the installation of the Industrial Complex and Port of Pecém – CIPP. Both are currently suffering from real estate speculation.

Keywords: Pecém; Taíba; littoral; tourism; second residences; industry.

subvertidas em negócios, como é o caso do turismo e da indústria portuária.

Para compreender como se inseriu neste processo o litoral de São Gonçalo do Amarante – SGA (Figura 1), no Ceará, faz-se necessária a análise do processo histórico de ocupação do território litorâneo no estado. As primeiras tentativas de colonização no Ceará ocorreram no início do século XVII. Até o século XVIII, o litoral cearense tinha importância militar, sendo sua ocupação vinculada, principalmente às fortificações, que continham as ofensivas estrangeiras em solo

cearense, na tentativa de manter o território cearense sob o poder da coroa Portuguesa. Após isso, seu processo de construção histórica consolidou-se através das atividades econômicas desenvolvidas entre os séculos XVII e XX, sobretudo a criação de gado, produção de charque e de algodão (PAULA *et al.*, 2017).

As atividades portuárias ganharam ainda mais importância com a ascensão do ciclo do algodão, que decorreu da valorização desta matéria-prima no mercado exterior, especialmente na Inglaterra, oportunidade esta que foi criada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865 (PAULA, 2012).

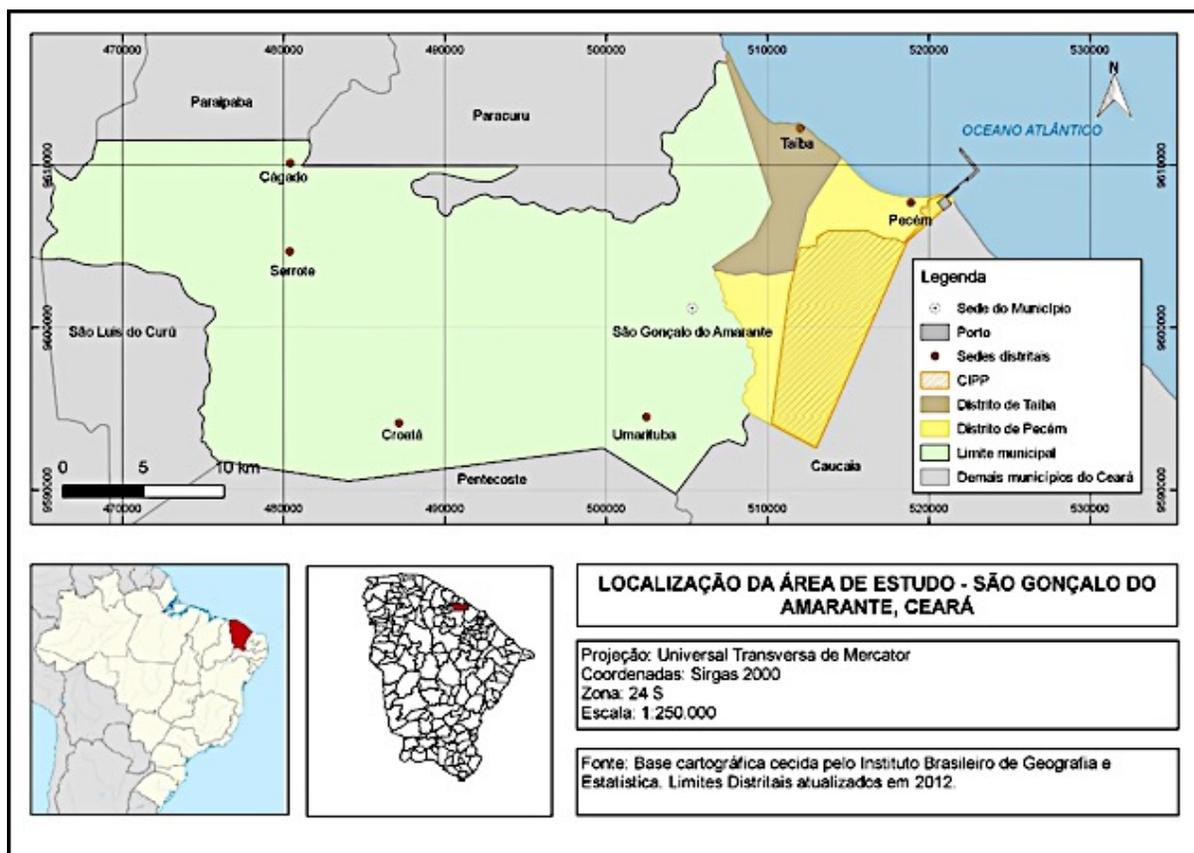


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo.

De acordo com NAKANO (2006), a partir da década de 1950, observa-se no Brasil uma intensificação de atividades ligadas ao processo de industrialização, acentuada com a chegada das multinacionais. Nesse período, observa-se uma expansão urbana em áreas próximas aos portos, como foi o caso da região do Porto do Mucuripe em Fortaleza-CE.

Não obstante a isso, o litoral do Ceará também passou por suas transformações, do com função de proteção durante o processo de colonização, passando pelo território do uso marítimo e terapêutico, durante os séculos XIX e XX, convertendo-se espaços citadinos em verdadeiras áreas balneares destinadas ao veraneio e, a

posteriori, em territórios do lazer e do turismo e, por fim, consolidando-se como um espaço multiuso com diversos conflitos e impactos, tendo agora, a indústria energética e siderúrgica como um dos principais atores na modificação da paisagem.

Deste modo, o estudo em questão se baseou no fenômeno da litoralização como vetor de organização do território no município costeiro de SGA (Figura 1). Os problemas socioambientais decorrentes da ocupação do litoral de SGA, sobretudo a partir da década de 1990, estão cada vez mais em evidência. Dentre estes, podemos citar a erosão costeira e a ocupação desordenada em área de praia e dunas. A interferência destes processos no litoral ocorre quando o homem interfere nessa

dinâmica o ambiente e o torna mais sensível. Os impactos podem afetar tanto o meio natural como as áreas urbanizadas, prejudicando o próprio homem (ALBUQUERQUE, 2005, p.29).

O presente estudo busca compreender a ocupação histórica do litoral de São Gonçalo do Amarante a partir dos anos 1980, percebendo as alterações na paisagem local causadas pelo processo de litoralização, tendo como marco inicial as atividades de veraneio e de turismo (década de 1980-2000), e o processo de industrialização, sobretudo com a chegada das duas Usinas Termoelétricas – UTE Pecém I e Pecém II, e a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, como vetor mais atual de desenvolvimento do território (2000-2018). Desta forma, faz-se necessário observar como o território foi construído e desconstruído ao longo do tempo, e como os registros ficam expressos na paisagem. De acordo com SANTOS (1997), o território deve ser compreendido a partir do seu uso e da ação dos seus atores sociais, como é o caso de território em questão.

DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o litoral do município de São Gonçalo do Amarante (SGA), localizado no Estado do Ceará. O município foi criado através do Decreto-Lei Nº 64 de 07 de agosto de 1935. Trata-se de um território limitado ao norte com o Oceano Atlântico e com os municípios de Paracuru e Paraipaba; ao sul tem divisas com os municípios de Pentecoste e Caucaia; a Leste com o município de

Caucaia e a oeste com os municípios de Trairi, São Luís do Curu e Pentecoste (Figura 1).

Distam 58 km da capital do estado, Fortaleza, suas principais vias de acesso são as rodovias CE-085, CE-423 e BR-222. Atualmente, o município é constituído por sete distritos, segundo dados do IBGE (2010), são eles: São Gonçalo do Amarante – sede municipal, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taíba e Umarituba, totalizando 834,5 km².

Destes distritos, apenas Pecém e Taíba possuem faixa litorânea. O Pecém e a Taíba têm como principais vias de acesso rodoviário a CE-085, CE-421, CE-422 e a CE-156. O município de SGA apresenta aproximadamente 18 km de extensão litorânea, sendo maior parte pertencente ao distrito de Taíba, com cerca de 10 km, enquanto que o restante pertence ao distrito de Pecém.

De acordo com o IBGE, a população estimada de SGA para o ano de 2018 é de 48.516 habitantes. Embora não haja especificado pelo IBGE, a população estimada por distrito pode ser observado no Censo Demográfico do ano de 2010, que SGA possuía 43.890 hab., destes 14.260 estavam nos distritos litorâneos. Deste modo, 32,5% da população do município encontrava-se, naquela ocasião, concentrada em 18% do território.

O distrito litorâneo de Pecém foi criado através do Decreto nº 1.156 de 04 de dezembro de 1933, Pecém, juntamente com SGA eram distritos subjugados ao município de Paracuru, sendo integrado à SGA em 1935. O distrito possui uma área de 112 km² e 8 km de extensão litorânea, com uma população de 9.156 hab., segundo Censo Demográfico do IBGE (2010).

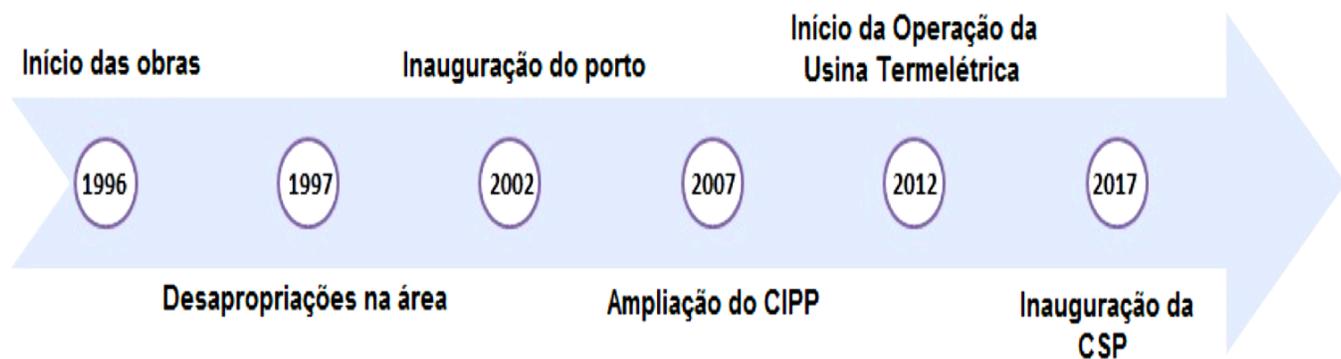


Figura 2. Linha do tempo: obras do CIPP.

O distrito do Pecém possui densidade demográfica de 81,75 hab./km². O núcleo urbano do centro do Pecém possui uma população de 2.711 hab., enquanto as demais localidades, com características mais rurais, têm 6.445 hab., perfazendo um total de 9.156 hab. (IBGE, 2010).

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP está inserido neste distrito. A instalação do CIPP fez parte do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, que ocorreu entre 1995 e 1998, integrado aos programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, do Governo Federal (CEARÁ, 2013). As obras foram iniciadas no ano de 1996 (Figura 2), atualmente o CIPP já se encontra em funcionamento, com destaque para a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, a empresa de maior porte.

A estruturação do CIPP é formada pelas instalações portuárias (Figura 3), por áreas de proteção ambiental e por quatro setores destinados à ocupação industrial e de serviços. De acordo com o Plano Diretor do CIPP, mais da metade do distrito de Pecém é ocupada pelo Complexo. Desta forma, apenas parte do Pecém pode ser destinada à ocupação para fins de moradia, ficando maior parte do território a ser ocupada por indústrias, serviços e infraestruturas destinadas a estas atividades.



Figura 3. Porto do Pecém localizado no litoral do município de São Gonçalo do Amarante.

serviços. Existem 6 meios de hospedagem voltados para os trabalhadores do CIPP, embora muitos destes sigam movimento pendular entre Fortaleza e o Complexo Industrial através de ônibus de rotas, contratados pelas empresas nas quais trabalham.

O distrito de Taíba, antes vila de pescadores, passou a ser distrito do Município de São Gonçalo do Amarante, no ano de 1986, sob a Lei 11.207. O distrito de Taíba dista 75 km de Fortaleza, tendo como via de acesso principal a rodovia CE - 156.

O distrito tem uma população de 5.104 hab., segundo censo demográfico do IBGE (2010), fazendo com que tenha uma densidade demográfica de 134,3 hab./km², a maior densidade demográfica do município de São Gonçalo do Amarante. Taíba apresentou um crescimento populacional de 23,37% em relação ao censo de 2000 (IBGE, 2010).

O distrito de Taíba tem por característica a vocação turística e a concentração de parques eólicos, principalmente em áreas de dunas. O centro urbano do distrito (Figura 4) ganhou relevância a partir na década de 1980. Esta área tem sua economia voltada para o turismo, tendo sido identificados 30 meios de hospedagem, entre pousadas e hotéis, e 12 restaurantes.



Figura 4. Vista do centro urbano do distrito de Taíba.

A região central do distrito do Pecém, antes ocupada por pescadores e veranistas, conheceu significativo aumento de prédios com dois ou mais pavimentos, como centros comerciais e condomínios habitacionais. Atualmente, esta área conta com grande número de equipamentos urbanos como postos de saúde, clínicas, agências bancárias, comércios e

A população do centro da Taíba concentra-se numa estreita faixa entre 150 metros e um quilômetro, entre o mar e as dunas. Notamos na Figura 5, o avanço da ocupação em direção ao campo de dunas.

As atividades econômicas da população da Taíba estão ligadas, principalmente, a serviços domésticos nas casas dos veranistas, na construção civil, em

pequenos estabelecimentos comerciais, na pesca e em atividades ligadas ao turismo (CEARÁ, 2013).



Figura 5. Ocupação em área de dunas.

CONCEITOS-CHAVE: TERRITÓRIO, LITORALIZAÇÃO, TURISMO E VILIGIATURA

Esta etapa consistiu em levantamentos bibliográficos referentes à fundamentação teórica a ser adotada na pesquisa: território, litoralização, turismo e vilegiatura. Foram consideradas as bibliografias existentes acerca da área e do objeto de estudo, servindo de auxílio na compreensão dos processos ambientais e socioeconômicos que atuaram e que continuam atuando no litoral de São Gonçalo do Amarante-CE, e mais especificamente nos distritos de Pecém e Taíba.

O conceito de território foi incorporado ao estudo para uma análise espacial que se consubstancia numa análise socioambiental, mais especificamente na ocupação do litoral de São Gonçalo do Amarante. HAESBAERT (2007), destacou o território como uma categoria de centralidade dos estudos geográficos a partir das relações espaço-poder que são expressas através da dominação e/ou apropriação do espaço.

Neste contexto, as novas interpretações do território permitem uma visualização de áreas em disputa, dividida entre o poder público e outros grupos, onde existem relações de poder, não necessariamente geridas pelo Estado. Temos o território, então, como resultado das relações de poder produzidas por um determinado grupo social, podendo ser gerido pelo Estado ou por um determinado grupo, dentro de um espaço mais

restrito, como em bairros da periferia de alguma cidade (ALVES *et al.*, 2003).

Os territórios são dinâmicos e encontram-se em processo constante de transformação. Apesar de serem subjetivas, as territorialidades necessitam de uma base física de conexão dos múltiplos territórios (HAESBAERT, 2005; CANDIOTTO & SANTOS, 2009). Esta base, neste caso, é o território ao longo dos anos. Estas ocupações causam mudanças socioambientais significativas, sobretudo em paisagens litorâneas.

O conceito de litoral utilizado foi o abordado por PEREIRA (2001) que apesar da difícil definição do seu limite exterior, o apresenta como um espaço que é direta ou indiretamente comandado pela dinâmica do mar, estando este espaço em permanente mudança de posição, a depender da escala temporal de análise. Em francês, o termo *littoralisation* significa “sobre o desenvolvimento costeiro”, geralmente o processo de litoralização pode ser descrito como a migração interna da população em direção à costa e a maritimação da economia ligada a atividades econômicas, como turismo, portos, serviços de equipamentos navais e de armazenamento, indústria petrolífera, pescas e desenvolvimento de infraestruturas, resultando todos na expansão de ocupação do território, em períodos relativamente curtos de tempo (ZDRULI, 2015).

A definição de turismo, para BARRETO (1999), assenta no ponto de vista formal é a dada pela Organização Mundial do Turismo - OMT, no qual este é a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

O turismo para DE LA TORRE (1992) é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, por motivos de recreação, cultura, descanso ou saúde saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade remunerada, gerando múltiplas inter-relações econômicas, sociais e culturais.

O turismo fomenta muitas relações e fenômenos, que surgem por conta do deslocamento de pessoas e sua permanência em diversos destinos.

Porque a viagem e a estada acontecem fora do lugar de residência, desta forma as pessoas desenvolvem atividades diferentes de seu cotidiano. Há no turismo um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estada (BARRETO, 1999).

No presente estudo foi utilizado o conceito de vilegiatura, também conhecida como turismo residencial, apresentado por TULIK (1995), como alojamentos particulares, utilizados temporariamente nos momentos de lazer por pessoas que possuem domicílio permanente em outra localidade. Além de um fenômeno turístico, a vilegiatura, ou veraneio, está vinculada a uma dinâmica de renda excedente das classes médias e altas, em demonstrar poder de compra. Estes buscam aproveitar praias, mar ou rios, em residências próprias ao invés de estruturas hoteleiras (LARRABURE, 2011, p.68). Desta forma, fixando uma segunda residência, não tendo como principal característica a viagem, mas a possibilidade de estabelecimento temporário no local.

METODOLOGIA

A metodologia iniciou-se a partir de levantamentos bibliográficos referentes à fundamentação teórica dos conceitos-chave a serem adotados na pesquisa: território, litoralização, turismo e vilegiatura. Foram consultadas na pesquisa, livros, artigos, teses, dissertações, trabalhos em anais de congresso, entre outros.

Nesta etapa também foram consideradas as bibliografias existentes acerca da área e do objeto de estudo, servindo de auxílio na compreensão dos processos ambientais e socioeconômicos que atuaram e que continuam atuando nos distritos de Pecém e Taíba.

As principais fontes de investigação e análise para a compreensão do objeto de pesquisa derivam da legislação básica municipal e das políticas públicas de investimento em desenvolvimento social e econômico do litoral do Ceará. Nestas fontes, foram encontrados dados acerca de investimento público em obras nos distritos litorâneos de São Gonçalo do Amarante, do investimento privado e de parcerias público-privadas na região, assim como informações sobre o licenciamento e fiscalização

ambiental, registros de ações e eventos realizados na região.

Ressaltamos a importância do recorte temporal escolhido, entre a década de 1980 e os dias atuais, para compreendermos a dinâmica territorial existente no período pré-instalação do CIPP e como ela se manteve ou se alterou após a instalação deste equipamento, como o Estado se comportou frente a este processo, de que forma seria mais eficiente ter se imposto, se através de um Plano Diretor ou Lei de Uso e Ocupação do solo mais rígidos, por exemplo, e quais as medidas que podem ser tomadas atualmente para administrar essas novas dinâmicas dentro do território de SGA.

Na observação das transformações da paisagem do litoral em questão foram utilizadas de imagens do recorte temporal entre 1981 e 2017, disponibilizadas pelo Google Earth™. Na análise espacial foi utilizado o *software* Quantum GIS 2.12.3. A partir de uma base conhecida de trabalho, foram produzidos arquivos do tipo *shapefiles* e validados com levantamentos de campo. Após a coleta dos dados, foram elaborados mapas temáticos na projeção Universal Transversa de Mercator – UTM, utilizando o Sistema de Referência Geométrico para as Américas – SIRGAS 2000, Zona 24 S, em escala de 1:75.000, 1:100.000 e 1:250.000.

As imagens históricas de satélite foram utilizadas para a confecção de mapas que mostram as dinâmicas de ocupação urbana e de mudança nas configurações ambientais locais nos distritos de Pecém e Taíba. Em complementariedade, também foram utilizados dados cadastrais cedidos pela Prefeitura de São Gonçalo do Amarante e matérias jornalísticas veiculadas na mídia local.

Foram realizados dez experimentos de campo para mapeamento e registro fotográfico das principais intervenções antrópicas ao longo da linha de costa. Tal atividade contou com uso de um sensor GPS – *Global Positioning System*, Garmin Etrex 30, com precisão média de 7 m.

Todos os dados foram incorporados em uma tabela de atributos, incluindo informações da localização geográfica do objeto mapeado, bem como sua descrição. De uma forma geral, foram

mapeados e cadastrados hotéis, pousadas, barracas de praia, loteamentos e indústrias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas públicas e desenvolvimento local

Diferentemente de outras cidades portuárias, como Roterdã, que iniciou suas atividades portuárias no século XIV e as modernizou no final do século XIX (RIAL, 2008) e Santos, que iniciou suas atividades portuárias de forma gradual nos séculos XVI, passando por uma modernização também no final do século XIX (SALES, 1999), por exemplo, o porto do Pecém, em SGA, teve seu projeto de instalação, já moderno, concebido no final do século XX. Este processo tem semelhança com a instalação do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, mais conhecido como Porto de Suape, em Pernambuco, que, segundo VASCONCELOS (2015), teve sua concepção definida na década de 1970 e funcionamento efetivo em 1983.

O poder público foi o ator principal no processo de litoralização de SGA, sobretudo a partir da década de 1980, seja através de políticas públicas de desenvolvimento do turismo ou incentivo às atividades industriais. A construção de vias de acesso, ligando as rodovias federais e as estaduais às praias, bem como obras de infraestrutura urbana, foi importante nesse processo. Políticas públicas federais e estaduais direcionadas ao turismo foram efetivadas na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, onde está inserido o município de SGA, este direcionamento foi devido à condição de centralidade espacial e econômica.

Sobre as políticas públicas federais de investimento no turismo da região, o destaque é o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR/NE nas fases I, II e Nacional, que promoveu investimentos em infraestrutura, gestão e planejamento turístico. No PRODETUR I, lançado no início dos anos 1990, foram investidos cerca de US\$ 150 milhões em todo o estado do Ceará. São Gonçalo do Amarante recebeu em torno de US\$ 10,28 milhões. Os recursos foram destinados à infraestrutura básica, sobretudo reforma e ampliação de estradas e

saneamento básico, e à recuperação ambiental (PEREIRA, 2013).

Dessa forma, em 2003, inaugurou-se a segunda fase do PRODETUR/NE, que promovia a descentralização de gestão, dando mais poderes aos municípios, embora o governo estadual ainda mantivesse a primazia perante a gestão estatal. No início dos anos 2000 é lançado o PRODETUR/NE II, e apenas quatro municípios do Ceará receberam recursos, entre eles SGA, que foi contemplado com recursos para urbanização das orlas marítimas (PEREIRA, 2013). Alguns exemplos de obras são o calçadão do Pecém, a praça e o mirante da Taíba (Figura 6).



Figura 6. Mirante da Taíba com estrutura de calçada e via de acesso.

Neste processo insere-se o Plano de Mudanças do Governo do Estado do Ceará, que realizou intervenção na indústria e no turismo. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Ceará – PRODETUR/CE é a maior expressão dessas políticas, que trata de ações públicas de planejamento do território e turismo regional, cuja base principal de recursos é do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Banco do Nordeste, além dos governos locais (DANTAS, 2011).

Assim, as políticas públicas do turismo na RMF são oriundas de várias escalas governamentais (federais, estaduais e municipais), entre as quais se destacam o PRODETUR I, II, Nacional e o PAC, principalmente pelo aporte de investimentos, que, juntos, investem mais de R\$ 1,3 bilhão no estado do Ceará, e mais de 10 bilhões de reais em todo o Nordeste brasileiro (PEREIRA, 2013). Com estes investimentos, Fortaleza e os

demais municípios litorâneos da RMF, destacam-se como importantes destinos turísticos no estado do Ceará e, desta forma, recebem maiores investimentos públicos e privados, consolidando-se ainda mais no cenário estadual.

A instalação do CIPP foi fundamental para o crescimento econômico, bem como para as mudanças socioambientais da região. O projeto do CIPP foi responsável por um novo marco na ocupação do litoral de SGA. A construção do porto do Pecém foi iniciada em 1996 e sua inauguração ocorreu em março de 2002. A justificativa da escolha da praia do Pecém para a instalação desse empreendimento foram suas condições geológicas, geomorfológicas e batimétricas favoráveis (ALBUQUERQUE, 2005).

Para suprir a necessidade do complexo houve, por parte principalmente do Governo Federal e do Governo do Estado do Ceará, um forte investimento em infraestruturas, sobretudo no transporte rodoviário, abastecimento de energia e de água. Segundo MAGALHÃES (2014, p.74 e 75), a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará justificou a instalação do Complexo Industrial no Pecém pelos seguintes fatores: facilidade e rapidez no acesso, quantidade de mão-de-obra e matérias primas disponíveis, características físicas favoráveis do solo, possibilidade de gerenciamento integrado do Complexo, incentivos à expansão das atividades industriais, custos adequados da terra e a baixa densidade demográfica da região na época.

Tanto o PRODETUR como o CIPP fizeram parte do programa “Avança Brasil”, de 1996 até 2000, que buscava alavancar o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, contemplando, dentre outros, o município de SGA. Para garantir o direcionamento do desenvolvimento econômico para o litoral, o Governo de São Gonçalo do Amarante, através das Leis do Plano Diretor de Direcionamento Urbano e Uso e Ocupação do Solo (2013), definiu o zoneamento com o tipo de investimento que deve ser feito em cada localidade.

Existe, por parte do poder público municipal, um direcionamento para o desenvolvimento urbano associado às atividades turísticas. Entretanto apenas Taíba apresenta maiores investimentos particulares direcionados ao turismo, como eventos musicais,

esportivos e culturais que são incentivados pelo governo local para incrementar o fluxo turístico no distrito.

Transformações na Paisagem e Impactos

SGA foi um dos municípios cearenses que mais transformações sofreram nas décadas de 2000 e 2010, passando de um município em que a litoralização foi regida por práticas marinhas tradicionais, como a pesca artesanal. Observamos semelhança com o processo ocorrido com a instalação do Porto de Suape, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em Pernambuco:

O Complexo Industrial Portuário de Suape mudou a situação das culturas tradicionais e de propriedade, induziu à mudança na força de trabalho e no mercado. Novas empresas e tecnologias de ponta redefiniram as condições trabalhistas no processo de modernização, alteraram a relação dos espaços rural-urbano, mas não conseguiram absorver de forma permanente a mão-de-obra local devido às suas condições de baixa qualificação (ROCHA & CAVALCANTI, 2015, p.17).

Assim como em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em SGA, o processo de litoralização veio através de práticas marinhas modernas, como o veraneio, o turismo e, mais adiante, ao processo de industrialização, decorrente da instalação do CIPP. Tanto no caso do CIPP, quanto do CIPS – Complexo Industrial/Portuário Governador Eraldo Gueiros/Suape, por se tratarem de empreendimentos novos em municípios sem anterior experiência portuária de grande porte, grande parte da mão-de-obra especializada seria local, gerando especulação imobiliária por conta da vinda de trabalhadores de outras cidades.

No litoral de SGA, esta especulação cresceu bastante, o que desencadeou alteração na paisagem local a partir da década de 1980, com o aumento do veraneio. Em 1984, a área de estudo apresentava 27,7 km² de campos de dunas móveis, número que foi sendo reduzido gradativamente até chegar ao ano de 2017, com 13,8 km². Para além das características naturais de deslocamento dunar, alguns fatores causados por ações humanas foram preponderantes para a redução de praticamente metade da área num intervalo de pouco mais de três décadas.

Levando em conta as áreas já ocupadas, ou que já estavam alteradas e prontas para ocupação, anteriormente a 1984, na porção oeste da praia da Taíba, que até então não apresentava ocupação relevante, foi a mais afetada entre os anos 1980 e 1990 pela expansão do turismo, especialmente

nas dunas. A artificialização e o desaparecimento de dunas móveis a partir dos anos 1990 coincidem com a ocupação humana na área (Figura 7). Desta forma, notamos interferência direta nas políticas econômicas de incentivo de crescimento urbano.

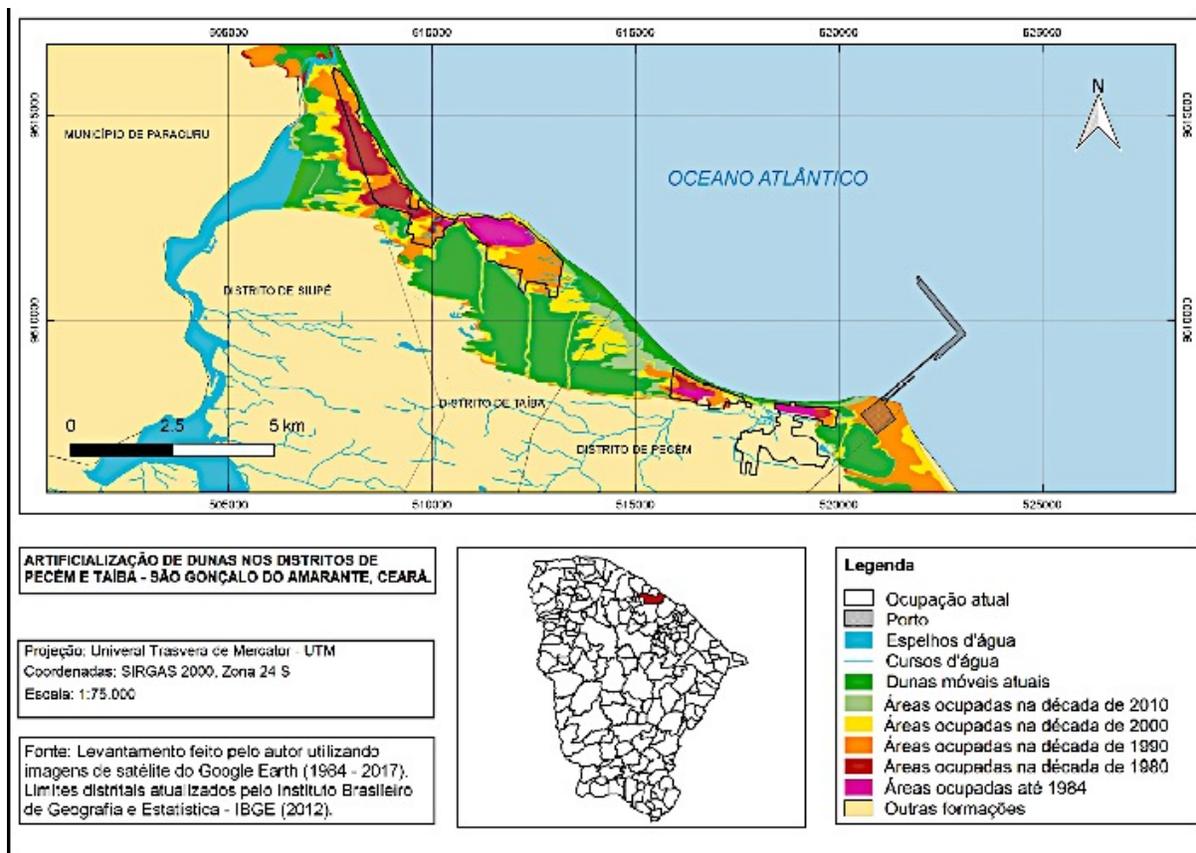


Figura 7. Artificialização de dunas móveis no litoral de São Gonçalo do Amarante.

As regiões da Taíba e do Pecém, até a década de 1980, foram ocupadas, sobretudo por núcleos de pescadores. Entre os anos 1990 e 2000, o centro da Taíba foi fortemente alterado. A principal justificativa é a especulação imobiliária, notada através de loteamentos e no crescente aumento das casas de veraneio na região.

O veraneio e a especulação imobiliária seguem como os principais fatores do aumento da artificialização do campo de dunas e faixa de praia no litoral de SGA. Nas áreas mais à Noroeste da costa, a ocupação é baixa, apesar do forte processo de degradação da área entre os anos 1980 e 2000. Existe a predominância de lotes cercados, o que caracteriza especulação imobiliária na localidade.

No final dos anos 1990 e início dos 2000, o centro do Pecém sofreu fortes impactos ambientais

decorrentes da instalação do porto e das novas vias de acesso que ligam o Porto à Zona de Processamento de Exportação – ZPE, além do crescimento urbano do centro em direção ao porto.

Notamos, entretanto, o crescimento do Pecém para o Sul, onde não há campo de dunas. Isto decorre de dois fatores, a Leste o centro urbano faz divisa com a APA do Pecém, criada por meio do Decreto Estadual Nº 24.957, de 05 de junho de 1998, e a Oeste faz divisa com a APP do Mangue. Apesar de ser área protegida, a APP do Mangue do Pecém sofre ocupação há bastante tempo.

O período entre 2004 e 2014 foi o de maior redução em área de dunas móveis, que passou de 21,1 para 15,6 km², sobretudo por conta de ocupações irregulares e instalação de loteamentos habitacionais. A partir da década de 2010, há uso

dos campos de dunas restantes da praia da Taíba por conta da crescente instalação de parques eólicos e da infraestrutura que estas demandam, como a abertura de estradas de terra. Além da implantação dos parques eólicos a especulação imobiliária mostra-se como forte ator no processo de artificialização das dunas da Taíba, com a construção de casas e estradas em áreas irregulares. Com a ocupação em quase toda a área de planície de deflação, o crescimento do centro urbano da Taíba se voltou para as áreas de dunas móveis (Figura 8).



Figura 8. Ocupação em campos de dunas na Praia da Taíba.

Existe, por meio de ações de fiscalização dos órgãos ambientais competentes, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE e da SEMURB, a tentativa de coibição deste avanço. Entretanto a invasão às áreas de dunas tem aumentado nos últimos anos. Apesar de a especulação imobiliária ser a maior causa da degradação de dunas no litoral de SGA, o CIPP contribui para a degradação de dunas móveis na região do Pecém.



Figura 9. Abertura de estrada próxima ao Porto do Pecém (2017).

Próximo ao porto, a degradação se dá por meio de abertura de estradas (Figuras 9 e 10) que suprem

as necessidades de transporte rodoviário do Complexo.



Figura 10. Abertura de estrada próxima ao Porto do Pecém (2018).

Com a implantação e a expansão do CIPP, com obras de infraestrutura viária, citada anteriormente, a ocupação industrial, de loteamentos residenciais, e de serviços se dirigiu ao continente, deixando para o litoral a maior parte dos investimentos em turismo, segundas residências de pessoas com maior poder aquisitivo, além das atividades piscatórias e de serviços ligados ao turismo. Este fenômeno é semelhante ao analisado por ROCHA & CAVALCANTI (2015), na ocupação da praia do Muro Alto, em Ipojuca – PE, que representou a segregação sócio-espacial na implementação de grandes empreendimentos turístico-imobiliários por investimentos privados destinados ao grupo social de alto poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1980 é identificado o crescimento urbano costeiro no distrito de Pecém, enquanto a praia da Taíba, nesta mesma década, sofreu com a especulação imobiliária, que se deu através da compra e venda de terrenos, inicialmente com baixo número de residências. Nesta década o veraneio torna-se atividade importante no estado do Ceará, sobretudo através dos já citados incentivos públicos do PRODETUR e da forte propaganda de incentivo ao turismo no estado do Ceará.

Os anos 1990 apresentam crescimento urbano nas áreas próximas ao litoral de Pecém e Taíba. As áreas mais continentais destes distritos, até então,

apresentavam características rurais, sendo ocupadas principalmente por sítios e fazendas. Nesta década ocorre um aumento do adensamento populacional na sede do distrito de Pecém, o que traz problemas estruturais urbanos, como deficiência em saneamento e ocupações irregulares.

O turismo passa, então, a ser direcionado tanto por iniciativa privada como pública, sobretudo após a melhoria dos acessos, e com a instalação do Porto do Pecém, que modificou as características da praia local e aumentou a densidade populacional da área. Pecém passou a ter características de centro urbano, concorrendo, inclusive, com a sede de São Gonçalo do Amarante pelo protagonismo do município.

A industrialização foi o principal agente impulsionador e da especulação imobiliária da região, que atraiu grande quantidade de loteamentos residenciais, que visavam o trabalhador do Complexo, principalmente. Este processo foi semelhante ao ocorrido em Roterdã, no início do século XX, após a modernização do seu porto, conforme explicita RIAL (2008, p.161):

À medida que o porto se expandia, aumentava a população urbana, o que exigia aumento na oferta da habitação, que passou a ser suprida por investidores privados. Mesmo estas iniciativas só começaram nos primeiros anos do século XX, quando a situação de precariedade das habitações parece chegar ao limite.

Ao se referir ao processo de especulação imobiliária nas áreas próximas ao porto de Suape, as autoras ROCHA & CAVALCANTI (2015), descrevem um processo que pode se aplicar, dentro dos seus respectivos processos históricos, aos portos citados neste estudo: Pecém, Suape, Roterdã e Santos:

Na produção dos espaços urbanos, a propriedade fundiária também é pré-requisito para a construção civil que, por sua vez, desempenha papel importante no capitalismo, amortecendo áreas de atividade industrial. Nas mãos da classe dominante, a propriedade fundiária é ainda elemento estruturante do espaço por meio da segregação sócio-espacial (ROCHA & CAVALCANTI, 2015, p.8).

Ao mesmo tempo em que existe o incentivo privado no direcionamento da expansão urbana, do uso do solo na área de estudo, através da especulação imobiliária, o setor público também tem papel atuante no processo de litoralização do município. Seja pelas melhorias de infraestrutura decorrentes da demanda existente por conta do aumento populacional, seja pelo direcionamento

dado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU do município.

Os impactos econômicos da litoralização mostram-se economicamente positivos para o município de SGA, como um todo, onde notamos o crescimento do PIB (IBGE, 2010) *per capita* do município e melhoria dos indicadores de saúde, educação, emprego e renda. Onde a saúde mostra maior destaque nesse crescimento (FIRJAN, 2016).

O processo de litoralização trouxe crescimento econômico a São Gonçalo do Amarante, bem como o incremento da economia formal e informal, sobretudo nos distritos de Taíba e Pecém. Apesar disto, nesta análise foram explicitadas questões sociais e ambientais comuns em zonas portuárias que não são exclusivas de SGA e que podem fornecer subsídio para o entendimento do processo de litoralização a partir da instalação de portos, associado ao desenvolvimento turístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A.F.; RIBAS, A.D.; CANDIOTTO, L.Z.P.; SAQUET, M.A. & SANTOS, R.A. 2003. Paisagem, espaço e território. In: JORNADA CIENTÍFICA DA UNIOESTE, 2, 2003, Toledo-PR. (ISSN: 1517-543X).
- BARRETTO, M. 1999. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 164 p. Coleção Turismo. Campinas: Papirus. (ISBN: 9788530803438).
- CANDIOTTO, P. & SANTOS, R.A. 2009. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A. & SPOSITO, E.S. (Eds.). *Territórios e Territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. (ISBN: 978-85-7743-XXX-X).
- CEARÁ, Assembleia Legislativa. 2013. Cenário atual do complexo industrial e portuário do Pecém / Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Eudoro Walter de Santana – Fortaleza: INESP.
- DANTAS, E.W.C. 2011. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. 2. edição. Fortaleza: Edições UFC. (ISBN: 978-85-7282-431-6).
- DE LA TORRE, O. 1992. *El turismo fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica. (ISBN-10: 968-16-5197-9).
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. 2016. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Rio de

- Janeiro. (disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/DE/F0/65/91/B34265107778C955F8A809C2/IFGF-2016-versao-completa.pdf>).
- HAESBAERT, R. 2005. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 1: 6.774-6.792. São Paulo, USP, AGB.
- HAESBAERT, R. 2007. Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia* (Niterói, UFF), Ano 9, nº 17: 19-46. (ISSN 2674-8126).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Censo Demográfico: Resultados preliminares. Rio de Janeiro. (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/sao-goncalo-do-amarante.html>).
- LARRABURE, S.P. 2011. “*Subúrbios de veraneio*” – *Condicionantes históricas, sociais, econômicas e ambientais da urbanização, às margens de represas, no entorno do Rio Grande (SP/MG)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. (doi: 10.11606/D.8.2011.tde-17042012-084731).
- MAGALHÃES, C.C. 2014. *Análise Geoambiental e Alterações Socioespaciais na Planície Litorânea de São Gonçalo do Amarante – CE*. Dissertação – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza.
- NAKANO, K. 2006. *Projeto Orla: Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada*. São Paulo: Instituto Plis; Brasília: Ministério do Planejamento e Gestão. (ISBN: 85-89199-04-5).
- PAULA, D.P. 2012. *Análise dos riscos de erosão costeira no litoral de Fortaleza em função da vulnerabilidade aos processos geogênicos e antropogênicos*. Tese de Doutorado, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências do Mar, 335p.
- PAULA, D.P. & MORAIS, J.O.; FERREIRA, O. & DIAS, J.A. 2017. A influência da expansão pastoril e dos portos fluviais no processo de litoralização do Ceará. In: PEREIRA, S.D.; RODRIGUES, M.A.C.; BERGAMASCHI, S.; ARAÚJO-JÚNIOR, H.; CANCELA DA FONSECA, L.; GARCIA, A.C. & ROQUE, A.C. (Eds.). *O Homem e o Litoral: Transformações na paisagem ao longo do tempo - Tomo VI da Rede BRASPOR*, pp.136-149. Rio de Janeiro: UERJ. (ISBN: 978-85-5676-018-0).
- PEREIRA, A.Q.. 2013. *Maritimidade na metrópole: estudos sobre Fortaleza – CE*. Porto Alegre: Liro. (ISBN 97885.62628.77-1).
- PEREIRA, A.R. 2001. *O(s) Oceano(s) e as suas Margens*. Cadernos de Educação Ambiental. Edição do Instituto de Inovação Educacional, Lisboa. (ISBN: 972-783-025-0).
- RIAL, M.F.P. 2008. *Cidade - porto: dinâmicas espaciais e planejamento intra-urbano*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. (doi: 10.11606/D.16.2018.tde-24032010-112532).
- ROCHA, D.M. & CAVALCANTI, H.W.V. 2015. *Caminhos do Desenvolvimento: Transformações Socioespaciais e Culturais nos Municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco*. XVI ENAPUR. Belo Horizonte.
- SALES, P.M.R. 1999. *Santos: a relação entre o porto e a cidade e sua (re)valorização no território macrometropolitano de São Paulo*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. (doi: 10.11606/T.16.1999.tde-07122004-114641).
- SANTOS, M. 1997. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: SANTOS, M. (Ed.). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. pp. 114-118. São Paulo: Hucitec.
- TULIK, O. 1995. *Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo*. Tese - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 154p.
- VASCONCELOS, V.M. 2015. *Herança da Monocultura da Cana-de-açúcar na Formação Espacial da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Uma Análise Sobre o Impacto do Complexo Industrial-Portuário de Suape nos Fluxos Populacionais dos Municípios do Cabo de Sto Agostinho e de Ipojuca*. *Revista de Geografia (UFPE)* 32 (1): 102-120.
- ZDRULI, P. 2005. Litoralização. *Lucinda - Land care in desertification affected areas. From science towards application*. Série B, nº 6: 1-13.